Em dia dos Povos Indígenas na COP30, governo anuncia 10 demarcações, mas dezenas de Terras Indígenas seguem à espera de justiça

Brasília, 17 de novembro - O anúncio da demarcação de 10 Terras Indígenas durante a COP30 pelo Ministério da Justiça representa um avanço necessário, mas insuficiente frente à dimensão do desafio e às expectativas criadas pelo próprio governo brasileiro. A conclusão de alguns processos é um sinal de que o tema segue na agenda, porém o número limitado evidencia falta de ambição e prioridade política diante do enorme passivo de Terras Indígenas prontas para assinatura do Presidente Lula e do Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski.

Essas Terras Indígenas deveriam ter sido reconhecidas ainda nesta COP, momento simbólico em que o Brasil busca reafirmar seu papel de liderança global na agenda climática. A demora em avançar com a demarcação integral dessas áreas contradiz o discurso de compromisso ambiental apresentado pelo governo em fóruns internacionais.

A demarcação e a proteção das Terras Indígenas são obrigações constitucionais do estado brasileiro e instrumentos fundamentais para mitigar a emergência climática, fazer justiça histórica aos povos indígenas e cumprir uma promessa de campanha do Presidente Lula. Cada demarcação representa não apenas a garantia de direitos, mas também uma barreira concreta contra o desmatamento e as emissões que ameaçam o futuro climático do planeta. No contexto da COP, essas demarcações mostram a outros países que as soluções baseadas na natureza são parte importante da resposta para mitigar as mudanças climáticas.

Mauricio Guetta, Diretor de Direito e Políticas Públicas da Avaaz, diz: "*O anúncio de 10 demarcações é um passo na direção certa, mas ainda muito aquém do necessário, devido ao enorme passivo de Terras prontas para assinatura governamental. A liderança climática que o mundo espera do Brasil exige coragem política, mas na prática continuamos a engavetar a principal medida de proteção das florestas e de justiça para seus povos. Cada terra não demarcada é uma promessa quebrada, uma injustiça com os povos, uma área vulnerável ao desmatamento e um retrocesso na luta climática globa*l."

Hoje, há pelo menos 107 Terras Indígenas prontas para avançar no processo de demarcação, 70 para homologação do presidente Lula e outras 37 para declaração do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. São essas etapas finais que, de fato, garantem segurança jurídica para os territórios e justiça histórica para seus povos, além da proteção definitiva das florestas.

A demarcação de Terras Indígenas é também uma medida com forte apoio popular. Pesquisa de opinião divulgada no último 04 de novembro realizada pelo Instituto Quaest em parceria com a organização More in Common revela que a esmagadora maioria do povo brasileiro apoia a demarcação de Terras Indígenas como solução climática, em todos os espectros políticos: 92% dos progressistas e 69% dos conservadores concordam com essa medida. Além disso, uma

petição global da Avaaz, já reúne mais de 1 milhão de assinaturas pedindo que Lula anuncie novas demarcações antes ou durante a COP30.

Para mais informações e dados sobre a demarcação de Territórios Indígenas e a COP30, confira nosso briefing para a imprensa.

Para pedidos de entrevista com Mauricio Guetta, Diretor de Direito e Políticas Públicas da Avaaz: media@avaaz.org

Para entrevistas com lideranças indígenas da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil:

APIB: comunicacao@apiboficial.org
Samela Sateré Mawé, coordenadora de comunicação da APIB: (92) 98285-5077
Yago Kaingang/Fulni-ô, coordenador de comunicação da APIB: (43) 98865-1166
Ariel Bentes, jornalista na equipe de comunicação e imprensa da APIB: (92) 99430-3762